

PAULO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA &
CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA

pauloalmmeida@gmail.com; cladmota@gmail.com

Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília (UnB), Brasil

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NAS CHARGES DO CORREIO BRAZILIENSE

RESUMO

O artigo analisa as charges publicadas no jornal *Correio Braziliense* sobre a promulgação da Constituição Federal de 1988. Utilizando como metodologia a análise crítica da narrativa, tal como proposta por Motta (2013), o objetivo é investigar os significados e efeitos de sentido produzidos e compreender como essas narrativas interpretaram esse acontecimento histórico. Como resultado, o trabalho mostra que as charges fornecem elementos importantes para compreendermos os bastidores, as representações, posições e ideias durante o processo histórico de redemocratização e elaboração do novo texto constitucional brasileiro. Por meio da análise crítica da narrativa percebe-se que, embora a primeira charge do *Correio Braziliense* represente a Constituição como um símbolo maior de esperança pela busca de um Estado democrático de direito e uma nova chance de transformação, com o desenrolar dos fatos e os novos episódios, a Constituição de 1988 nas páginas do *Correio Braziliense* também começou a ganhar traços que permitissem o questionamento de sua obediência, bem como sua funcionalidade e futuro. Incertezas se o Estado seria realmente capaz de cumprir com as promessas constitucionais. O artigo também aponta que as charges vão muito além do humor ao evidenciarem as manobras políticas da época. Elas têm o papel de informar e vão se apoiar sempre em uma narrativa maior, que são as notícias diárias.

PALAVRAS-CHAVE

charge; Constituição Federal de 1988; documento histórico; narrativa

INTRODUÇÃO¹

As imagens constituem uma preciosa fonte de informação que, a cada dia, é mais visitada e explorada pelas mais diversas disciplinas acadêmicas. De acordo com Burke (2017), o uso de imagens, em diferentes períodos, permite testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, de crença e cultura. Entretanto, o autor adverte que, antes de tentarmos ler entre as linhas e de usá-las como evidência histórica, é preciso compreendê-las pelo seu sentido.

A imagem é um documento quando ela nos conta uma história, narra e registra o gênero, a arquitetura, a vida social, os comportamentos, o cotidiano, a moda, o estilo de vida e os hábitos de uma época. Jacques Aumont (2011), em sua obra *L'image*, explica que tudo o que sabemos sobre a pré-história é resultado da pesquisa de antropólogos e historiadores, que reconstruíram a cultura do homem a partir de objetos e pinturas encontradas no interior de grutas e cavernas em várias partes do mundo. De acordo com Aumont, “a imagem documenta, e falo com poder de convencimento, pois mostra aquilo de que nos está a informar, e de maneira próxima da realidade” (Aumont, 2011, p. 134). Nesse vasto campo de estudo sobre imagens, trataremos, nesta pesquisa, sobre um aspecto que acreditamos ser ainda negligenciado: a charge como narrativa e sua importância como informação e documento histórico.

Do Francês *charger*, que significa carga, carregar ou exagerar, a charge é uma expressão brasileira semelhante ao que conhecemos em Inglês por *political cartoon* ou *editorial cartoon*, quando o mesmo é publicado em jornais e revistas. É definida como “uma forma de representação pictórica de caráter burlesco e caricatural, em que satiriza um fato específico, tal qual uma ideia, situação ou pessoa, em geral de caráter político e do conhecimento público” (Fonseca, 1999, p. 26). Ao fazer a representação de algo, ela tende a destacar o estereótipo, o excessivo, permeando as figuras de linguagem como metáfora, ironia e hipérbole. É, portanto, “um instrumento de crítica e arma retórica de combate, bem como na defesa e divulgação de ideologias, princípios e programas políticos” (Miani, 2012, p. 39).

Embora muitos autores ainda usem os termos charge, caricatura e *cartoon* como sinônimos, no Brasil há um consenso de que existem particularidades em cada uma dessas ilustrações, devendo ser tratadas de formas

¹ Versão atualizada do artigo de De Almeida e Mota (2019) publicado originalmente na Revista *Com-política*, 2019, 9(1), 55-78. Neste artigo foram acrescentadas contribuições da pesquisa de Doutorado Sanduíche, realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, proporcionada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

distintas. Romualdo (2000), por exemplo, aponta essa diferença tendo como base também a temporalidade. Para o pesquisador, enquanto a charge se prende ao momento, por realizar uma crítica a uma personagem, fato ou acontecimento específico, o *cartoon* é atemporal e trata uma realidade genérica. Já a caricatura, derivada do Italiano *caricare*, é focada na pessoa, sendo compreendida como o desenho que exagera propositadamente as características marcantes de um personagem:

compreenderemos a charge como texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal. Como cartum, entenderemos todo desenho humorístico no qual o autor realiza a crítica de costumes. Por focalizar uma realidade genérica, ao contrário da charge, o cartum é atemporal, desconhece os limites de tempo que a crítica a personagens, fatos e acontecimentos políticos impõe. A caricatura será compreendida como desenho que exagera propositalmente as características marcantes do indivíduo. (Romualdo, 2000, p. 21)

As definições acima são importantes para entendermos as diferenças entre cada gênero do humor gráfico. No entanto, nas pesquisas que estamos realizando sobre esse objeto, sugerimos ampliar a noção de temporalidade da charge, que ao nosso ver, assim como as notícias, abarca sempre um sentido mais amplo que o imediato, articulando os três tempos: passado, presente e futuro. Ou seja, nessas ilustrações, além do tempo cronológico, haverá sempre o tempo vivido ou qualitativo, que pode ser imediato, mas também histórico, de curta ou longa duração. Isso porque, “o acontecimento não é necessariamente breve e nervoso como se fosse uma explosão. Ele é variável da intriga. Como variável, não pertence apenas ao terceiro nível, mas a todos, com funções diversas” (Ricoeur, 2010, p. 359).

Acreditamos que a charge não está limitada apenas ao momento em que ela emerge, pois há também nessas imagens, camadas de significações mais densas e profundas, enraizadas na tradição, cultura e memória. É isso, inclusive, o que reforça sua característica como evidência histórica. Portanto, nesse estudo, sugerimos pensar a charge como uma narrativa satírica gráfica, que tem como matéria-prima o acontecimento jornalístico. Em nossa concepção, usar as palavras “narrativa” e “acontecimento jornalístico” na definição de charge é fundamental para evitarmos confusões sobre seu conceito e amplia o sentido da temporalidade. Como narrativa, essa ilustração não é apenas uma caricatura ou um personagem estático,

mas ela conta uma história, que também não é qualquer historíola ou algo abstrato e fictício como o *cartoon*, mas uma história verdadeira que afeta o sujeito e que toca uma coletividade. Uma narrativa ancorada no real, no acontecimento, na notícia do dia a dia e que diz respeito àqueles fatos que merecem ser noticiados.

A charge é um rico gênero argumentativo, uma ação retórica que revela as relações de poder, a posição do autor e o jogo de persuasão. Ela fere, punge, denuncia e nos possibilita reflexões sobre um determinado tempo e representações, sejam elas políticas, econômicas ou sociais. Nesse gênero, é possível encontrar os mitos, fábulas, cultura, o modo de vida de uma sociedade e sua época. Logo, ao narrar e representar um acontecimento, essa narrativa satírica gráfica tende a destacar formas simbólicas que contribuem para moldar o imaginário coletivo sobre um país, cultura, organização e política. Nesse caminho, recuperar e confrontar os sentidos produzidos por essas imagens é fundamental para compreender suas reais intenções e ideologias, muitas vezes, percebidas apenas como uma piada. “O humor não pretende colocar as pessoas a rir. Fazer rir é tarefa do cômico. O humor pretende levar as pessoas a pensar nos acontecimentos. Trata-se de um humor tão inteligente que o espectador fica a pensar na mensagem” (Fernandes, 2016, p. 9).

Isso nos leva a perceber que, se por um lado a charge pode provocar o riso, esse não é o seu principal objetivo. Seu humor é uma defesa, uma crítica social. Uma negação que está mais próxima da expressão “rindo de nervoso”, ou do latim *ridendo castigat mores*, que significa “rindo critica-se os costumes”. O sentido é muito usado também na literatura por autores como Gil Vicente, poeta e dramaturgo português do século XV/XVI, que associa o cômico à crítica para escancarar as contradições na vida de seus personagens e moralizar os costumes, levando o público a refletir sobre os seus comportamentos. Quando o riso acontece, Romualdo (2000) observa que ele esteja mais próximo do “riso carnavalesco” proposto por Bakhtin (1981), onde a excentricidade e a profanação, assim como no Carnaval, permitem que se expressem e revelem os aspectos mais ocultos e mascarados da natureza humana. Os rituais de coroação e, posteriormente, o destroamento do rei, que traz a ideia de renovação e mudança, também são características carnavalescas citadas por Bakhtin (1981) que, na observação de Romualdo, vão servir de base para a construção da essência dessas imagens artísticas. Conforme analisa Bakhtin, o riso carnavalesco é ambivalente e profundamente universal. Está dirigido para a mudança dos poderes e verdades; combina a morte e o renascimento; a negação; a ridicularização;

a afirmação, e o riso do júbilo. “Na forma do riso resolvia-se muito daquilo que era inacessível na forma do sério” (Bakhtin, 1981, p. 144).

Partindo desses conceitos, este artigo consiste em analisar três dessas narrativas publicadas no jornal *Correio Braziliense* sobre a promulgação da Constituição Federal de 1988, a fim de investigar os significados e efeitos de sentidos produzidos nessas imagens. Símbolo de esperança após um longo período de ditadura militar (1964-1985), sua elaboração retomou o sonho do Brasil como país do futuro. Conhecida como “Constituição Cidadã”, ela não só restabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas no país, como pretendeu instituir uma vastidão de preceitos progressistas, como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, a proibição da tortura e tantos outros direitos sociais como educação, trabalho e saúde. Nesse contexto, as perguntas que colocamos são: como as charges representaram esse acontecimento histórico que foi a promulgação da Constituição de 1988? Como essas imagens projetaram os sentidos de mudança e redemocratização brasileira?

REPRESENTAÇÃO E CULTURA VISUAL

Hall (2009) considera que representação significa utilizar a linguagem para informar alguma coisa com sentido sobre algo ou alguém a partir de símbolos, palavras, músicas, imagens, fotos, entre outros. Em suma, a representação conecta significado e linguagem com a cultura. “Dizer que duas pessoas pertencem à mesma cultura, é dizer que, as mesmas pessoas interpretam o mundo e se expressam, aproximadamente, da mesma maneira” (Hall, 2009, p. 2). Esses quadros de referência, segundo o autor, funcionam como moldura ou mapas culturais, que constroem significados e direcionam a forma como os códigos serão interpretados. Essa relação está associada ao que Hall destaca como circuito cultural, onde as práticas – produção, circulação, consumo, reprodução e identidade – estão conectadas entre si, em círculo, porém independentes. Nesse circuito, a forma como recebemos informações sobre determinado tema ou área de atividade social, bem como a maneira como interpretamos essa mensagem, está diretamente relacionada com os discursos dos meios, que produzem sentido e significados e que serão decodificados e reproduzidos no campo social. É desse modo que a cultura da mídia fornece material importante com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, etnia, nacionalidade, sexualidade, da relação entre nós e eles. De acordo com Kellner (2001), as narrativas veiculadas pelas mídias fornecem os símbolos, os mitos e

os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum compartilhada em grupo. Nessa mesma concepção, a imagem tem um papel importante como referência e índice de um significado dominante, contribuindo para o que pode ser chamado de cultura visual: “uma prática de olhar o mundo mediado que nos cerca, compartilhando sentidos e narrativas sobre nós mesmos” (Mota, 2012, p. 197).

Mota (2012) adverte que uma imagem simplesmente não se transforma em cultura visual até que seja visualizada. Visualizar, segundo a pesquisadora, não é simplesmente produzir objetos visíveis, mas comprometer a vida cotidiana em uma cultura de *commodity* que demanda o nosso olhar para gerar valor. O processo, portanto, está ligado à experiência e à maneira como interpretamos ou somos impactados pelo o que estamos vendo. “Com isso, a visualização se apropria do fazer histórico e se transforma na principal referência dos significados que vamos construindo sobre o mundo que vivemos” (Mota, 2012, p. 199).

A cultura visual está intensamente mediada, em todos os lugares: no cinema, nas telas da televisão ou do computador, nos iPads, nas inúmeras câmeras de segurança instaladas nas ruas das cidades, nos *games* digitais, no Facebook, Instagram, vídeos do YouTube e outras infinitudes de meios, inclusive nosso objeto de estudo: as charges. Elas são produções midiáticas complexas que, ao interpretar uma realidade específica ou acontecimento, incorporam discursos sociais e políticos que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, pensamentos e ações. Suas análises devem ser observadas dentro de uma leitura crítica, capaz de articular relações, não só com a economia e política, mas com todo o contexto social em que ela foi produzida. Suas imagens escancaram a história, o mito, o exagerado, elementos esses que perpetuam e se cristalizam na memória coletiva. Mergulhar no conteúdo dessas obras nos leva a compreender a representação do mundo à nossa volta, a cultura onde elas são criadas, veiculadas e recebidas.

A CHARGE COMO NARRATIVA

É preciso deixar claro que a charge não é a reprodução transparente dos acontecimentos e sim a articulação discursiva deles. É uma representação, uma percepção, interpretação ou ponto de vista do autor. É o relato de um acontecimento, representado em uma atividade mimética que não se limita a copiar, mas a reinventar criativamente o real em um diálogo permanente com os demais atores sociais. Essa narrativa será construída

em condições tais que envolvem etapas de produção, seleção do que será noticiado, pesquisa das características dos personagens, cenário e demais traços que se relacionam com a história, desenvolvimento do desenho, etc. Portanto, ao narrar, o chargista não é responsável apenas pela transmissão de informação, mas também pela recontextualização, já que, ao atribuir significações aos acontecimentos, esse artista também ressignifica. Ele recorta uma parte da realidade, enfoca um ponto de vista e o transforma em algo novo. O resultado final é a charge e seus sentidos. Ela tem o papel de informar e vai se apoiar sempre em uma narrativa maior, que são as notícias diárias.

Mas o que entendemos como narrativa? De acordo com Motta (2013), elas são mais que representações, são estruturas que dão sentido e significação à vida. São relatos de acontecimentos, que recriam o passado, vivem o presente e o futuro. Ao narrar, alguém está explorando na sua imaginação possíveis desenvolvimentos (reais ou ficcionais) das condutas e comportamentos humanos, que os teóricos chamam de atividade mimética ou imitação. É a recriação de algo já existente ou já explorado. “Quando escutamos, assistimos ou lemos uma estória, estamos na estória e recriamos a sua significação a partir da relação que fazemos com os nossos próprios valores e nossa memória cultural” (Motta, 2013, p. 73).

Motta (2013) classifica as narrativas como factuais e imaginárias, sendo o relato jornalístico, por excelência, um exemplo de narrativa factual. Segundo o autor, a grande maioria das notícias do dia a dia é redigida em terceira pessoa, numa linguagem descritiva, direta e objetivada, onde a intenção é produzir o efeito de realidade, a veracidade. “São as chamadas *hard news* das editoriais de política, economia, internacional, cidades, por exemplo, escritas em linguagem descritiva clara, direta, enxuta, que se quer objetiva” (Motta, 2013, p. 96). Entretanto, de acordo com Motta (2013), a lógica narrativa só se revelará nas duras e cruas notícias do dia a dia se observarmos como elas lidam com o tempo e o organizam.

A narrativa jornalística, portanto, está voltada para os fatos. Ao buscar o conceito de fatos, Fonseca (2010) relaciona o termo com acontecimento e notícia. A autora parte do princípio, de que a matéria-prima do jornalismo é a informação. “Essa informação, no entanto, precisa apresentar determinadas características para ser transformada em notícia, e vários autores já se ocuparam de relacioná-las, podendo-se citar, por exemplo, as de veracidade, atualidade e interesse público” (Fonseca, 2010, p. 169). Para o pesquisador Adriano Duarte Rodrigues (1993), “acontecimento é tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história, entre uma multiplicidade

aleatória de fatos virtuais” (p. 27). Ao se tornar acontecimento jornalístico, o fato é recontextualizado e seus significados sociais ganham novos significados a partir do discurso jornalístico materializado em novas narrativas.

Entretanto, assim como explora o factual, a narrativa da charge também usa a criatividade como efeito artístico na representação do real. Contudo, esse artifício não contaminará sua validação como documento histórico. Isso porque a criatividade que a charge evoca e permite não é uma fantasia livre ao extremo capaz de falsear a verdade. Pelo contrário, tendo como matéria-prima a notícia, é um imaginário mais próximo ao que chamamos nesse estudo de “realidade aumentada pelo traço”, onde o simbólico, o psíquico e o imaginário se fundem na habilidade artística do chargista com o objetivo de completar o mundo real, levando, por meio da sátira e exagero, mais informações e conhecimento ao leitor. Logo, ao usar esse recurso, a charge está impregnada de valores subjetivos, estéticos e morais, indo além dos limites de uma narrativa jornalística textual padrão para prender ainda mais a atenção do leitor e conquistar os efeitos de sentidos almejados. A maneira como esses elementos se articularam em três charges do *Correio Braziliense* sobre a Constituição Federal de 1988 é o que veremos a seguir.

METODOLOGIA

Como a leitura da charge requer conhecimentos que envolvem contexto social, fatos históricos, personagens, enredo, relações de poder, política e linguagem, adotamos como caminho metodológico a análise crítica da narrativa, proposta do professor Luiz Gonzaga Motta (2013). Nesse caminho, nosso objetivo é ir além do estruturalismo e observar, não apenas a mensagem produzida, mas também como a história sobre a promulgação da Constituição de 1988 se articula com a cultura, as representações das personagens, figuras de linguagem (como metáfora, metonímia e ironia), o cenário, o enredo, o conflito, o contexto, os objetos de cena e a dramatização. Portanto, percorrendo a análise crítica da narrativa sugerida por Motta (2013), o estudo das charges aqui recortadas segue três caminhos interligados.

1. *plano de expressão*: discurso e linguagem. Onde a imagem se aflora e captura o olhar do espectador. Aqui, trabalhamos a linguagem verbal e não-verbal da charge, que se relaciona diretamente com a notícia e os elementos da realidade. Observamos ainda as figuras de linguagem, como ironia e hipérbole, muito utilizadas nas charges;

2. *plano da história*: é o plano virtual da significação e do conteúdo, no qual estudamos o dito e não dito da narrativa, o enredo, o drama, e as críticas que aparecem e as personagens;
3. *plano da metanarrativa*: onde veremos como essas representações remetem à memória e à identidade brasileira. É o plano que mergulha nos significados e sentidos cristalizados pela tradição histórica, social e política do espaço em que a imagem foi construída.

ANÁLISE DOS DADOS

Para responder às perguntas deste artigo, selecionamos três charges feitas pelo cartunista Kácio, publicadas na editoria de Opinião do *Correio Braziliense*, veículo de comunicação fundado em 1960 por Assis Chateaubriand e hoje pertencente aos Diários Associados. Foi escolhido para o recorte porque além de trazer a charge periodicamente em suas páginas, é um jornal impresso significativo sediado em Brasília, capital do país, cenário político analisado.

Como narrativas, foram recortadas imagens publicadas em datas relevantes da história: (1) a instalação da Assembleia Constituinte, (2) a promulgação da Constituição e (3) o pós-acontecimento, onde o início, o clímax e o desenrolar dos fatos configuram a cronologia do enredo e o fio condutor da narrativa. A proposta foi buscar nas três charges publicadas separadamente a construção da intriga e os pontos de virada que unem essas ilustrações, conectando os eventos em sequência para desvendar os sentidos pretendidos pelo autor.

O ponto de partida é a data da instalação da Assembleia Constituinte, oficialmente no dia 1º de fevereiro de 1987, durante o Governo de José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (atual Movimento Democrático Brasileiro – MDB), e primeiro presidente civil desde o Golpe Militar de 1964. Composta por 559 congressistas – sendo 487 deputados e 72 senadores – a Assembleia teve como presidente o deputado Ulysses Guimarães (PMDB), principal líder parlamentar de oposição aos governos militares.

A Constituição Federal de 1988 é a sétima desde a independência no Brasil e ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”, pois marca a conquista da democracia entre todos os cidadãos do país, após anos sob um regime de ditadura militar (1964-1985). Em vigor até os dias atuais, é a terceira mais longa do mundo em número de palavras, atrás apenas da

Índia e da Nigéria, segundo o estudo “Comparative constitutions project” de 2016 (Arantes & Couto, 2019).

Décima posição no mundo em quantidade de direitos, segundo a pesquisa acima, ela não só restabeleceu a inviolabilidade de garantias e liberdades básicas, como instituiu uma vastidão de preceitos progressistas, como a igualdade de gêneros, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais, como educação, trabalho e saúde para todos.

ESPERANÇA

A busca pela redemocratização do Brasil por meio da Constituição de 1988 fez crescer no país a esperança de um novo tempo. Tanto que o editorial do jornal *Correio Braziliense*, publicado em 2 de fevereiro de 1987, definiu o novo texto constitucional como “passaporte para o terceiro milênio”:

a nação será passada a limpo nos próximos meses. Todos os grandes questionamentos nacionais terão que ser apresentados, discutidos e votados. É longa a lista dos temas e problemas que deverão ser incorporados à lei básica do país. A distribuição da renda nacional, a presença do fisco, os direitos dos cidadãos, os desníveis regionais, a União, os Estados, os Municípios, o Congresso Nacional, os abusos do poder econômico são alguns grandes desafios a serem atualizados em nova versão constitucional. (Garantias indispensáveis, 1987, p. 4)

É esta, também, a mensagem principal da charge publicada no dia 2 de fevereiro de 1987 no *Correio Braziliense* (Figura 1), um dia depois da instalação da Assembleia Constituinte. Sem traços de humor, a imagem em preto e branco é a linguagem visual do editorial, dispensando a interferência do narrador ou qualquer fala das personagens. A representação metafórica da bandeira do Brasil como o nascer de um novo sol é um importante signo, índice de esperança e renovação. Nota-se que o Congresso Nacional aparece pequeno diante dessa luz, mas como destino final de um caminho que será percorrido pelos brasileiros, em busca de novas leis, respeito e dignidade. As personagens – elementos-chave na projeção da história e figuras centrais da narrativa (Motta, 2013) – compõem o *frame* dramático da cena. A família, representada na charge por um casal abraçado com o filho e seu carrinho de brinquedo, reforça o sentido de busca por um futuro melhor entre as gerações. É uma imagem que reconstrói a memória do livro *Brasil, país do futuro*, escrito pelo austríaco Stefan Zweig, em 1941:

o Brasil é um país que odeia a guerra, não tem desejo de conquistar territórios, não possui tendências imperialistas. Nunca a paz do mundo foi ameaçada pela sua política e, mesmo numa época de incertezas, não é possível imaginar que o princípio de sua ideia nacional, esse desejo de entendimento e de acordo, se possa jamais alterar. Por isso, no Brasil repousa uma das nossas melhores esperanças de uma futura civilização. (Zweig, 1941/2013, p. 10)

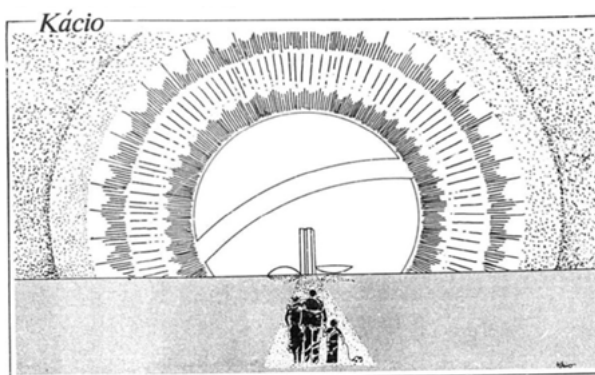


Figura 1: Charge publicada no *Correio Brasileiro* em 02 de fevereiro de 1987

Fonte: Kácio, 1987, p. 4

O sentido de esperança, destacado na charge, contribui na construção da identidade nacional, onde a ideia é de que o brasileiro não desiste nunca e está sempre caminhando em busca de algo que ainda não chegou, mas está por vir. Narrativas da nação como essa, contadas e recontadas na mídia e cultura popular, simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. No caso do Brasil, essa ênfase nos lembra o “gigante adormecido em berço esplêndido”, sempre pronto para se levantar e acordar nos grandes acontecimentos históricos. Observando, ainda, a estética da narrativa, de tão harmoniosa, ordenada e perfeitamente planejada, chega a representar a frase “ordem e progresso”, que não aparece na ilustração da bandeira, mas pode ser vista por toda a cena.

O equilíbrio é quebrado, quando surge o conflito nas próximas imagens publicadas. A partir de então, essas ilustrações vão nos revelar o

drama, o suspense e o clímax, até compor a totalidade da história. Um dos pontos altos da narrativa pode ser visto na segunda charge analisada (Figura 2), “salvação para todo o caos”.

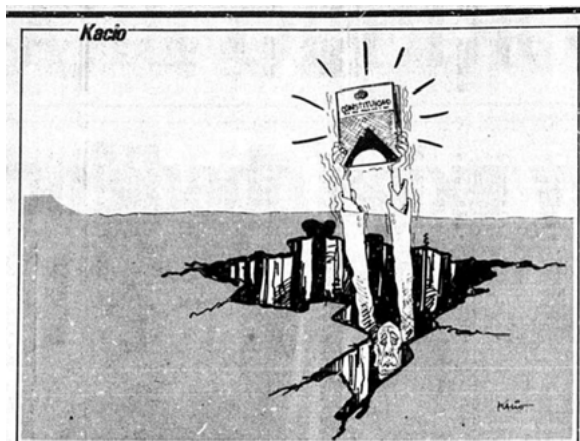


Figura 2: Charge publicada no *Correio Braziliense* em 05 de outubro de 1988

Fonte: Kácio, 1988a, p. 2

Diferente da Figura 1, que olha apenas para um futuro radiante, a segunda charge é mais satírica e ridiculariza (Figura 2). Publicada no dia 05 de outubro de 1988, no dia da promulgação da Constituição, a imagem é uma reinterpretação de uma fotografia estampada na capa do *Correio Braziliense*, no dia 04 de outubro de 1988 (Figura 3), mas que é ressignificada. Ao trabalhar o imaginário e a criatividade promovendo uma “realidade aumentada pelo traço” para levar o leitor a uma reflexão, o chargista vai além e revela o contexto histórico do país e o não dito na imagem da capa publicada no dia anterior. Na charge, o deputado Ulysses Guimarães dentro de um buraco, sem o sorriso da foto original, mas com os olhos cansados, levantando a Constituição como um troféu e com as mãos trêmulas, foi a maneira como o chargista interpretou o acontecimento e o reverberou na editoria de Opinião do *Correio Braziliense*.

A representação do mapa do Brasil como buraco amplia a temporalidade da imagem e nos leva a pensar sobre como era o país na época. O início dos anos 80 foi marcado pela reabertura política após o Golpe Militar de 1964. A pressão por eleições resultou, em 1984, no movimento “Diretas Já”, o qual buscou a participação da sociedade civil na escolha

dos governantes e levou milhares de pessoas às ruas de diversas capitais. Em 1985, mesmo indiretamente, o presidente Tancredo Neves (PMDB) foi eleito, mas adoeceu antes da posse e faleceu pouco tempo depois, levando José Sarney, seu vice, a assumir o Governo. Sarney havia apoiado a ditadura, foi senador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido político criado em 1965 e apoiador do governo militar – e depois presidente do Partido Democrático Social (PDS).



Figura 3: Capa do *Correio Braziliense*, publicada em 04 de outubro de 1988

Fonte: *Correio Braziliense*, 1988, p. 1

Do ponto de vista econômico, durante o Governo Sarney, os altos índices inflacionários, a crise econômica (com congelamento dos salários e preços) e a dívida externa, estampavam os noticiários diariamente. Por conta deste contexto econômico conturbado, houve tentativas de reformas e diversos planos econômicos foram adotados, como o Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão, mas todos eles fracassaram e a crise econômica se agravou no final do Governo Sarney, com uma escalada da inflação anual que chegou a um patamar maior que 1.800%, em 1989 (Cancian, 2013). Na cultura, músicas e programas de TV questionavam a política brasileira. No

ar pela Rede Globo, a novela *Vale tudo* convidava o Brasil a mostrar a sua cara e perguntava se valia a pena ser honesto no país. É nesse contexto que o suspense da história se aflora na charge.

Em vista disso, a Constituição de 1988 foi traçada como a salvação para todo o caos. Entre as principais conquistas promovidas estão: o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República, governadores de estados e prefeitos municipais; o direito ao voto para os analfabetos e voto facultativo para jovens com idade entre 16 e 18 anos; fim da censura aos meios de comunicação; o racismo passou a ser crime inafiançável, com pena de reclusão; a jornada de trabalho foi reduzida de 48 para 44 horas semanais; o direito de licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de cinco dias. Enquanto na ditadura o movimento operário foi fortemente oprimido e lideranças sindicais foram presas e torturadas, com as novas leis, os trabalhadores passaram a ter direito de greve e liberdade sindical. A nova Constituição também estabeleceu o *habeas data* – processo que dá direito aos cidadãos todo o acesso a informações existentes sobre si em banco de dados de instituições públicas e governamentais; instituiu a independência entre os poderes executivo, legislativo (Senado e Câmara dos Deputados) e judiciário; e substituiu o antigo decreto-lei pelas atuais medidas provisórias.

No entanto, conforme notamos na Figura 2, por meio das mãos trêmulas do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a Constituição também foi representada na charge como um peso. Na história, além da euforia, havia muitas dúvidas sobre o funcionamento, obediência e eficácia da nova Constituição. Uma reportagem publicada no dia 05 de outubro pelo *Correio Braziliense* é um exemplo. Com o título “Direitos sociais ainda criam expectativas”, o especial trouxe um texto da jornalista Maria Lima, da editoria de Política, onde muitos trabalhadores e empresários questionavam a nova Constituição. Entre os entrevistados, a reportagem contava a história de Leila Magalhães Caminha, professora e assessora de gabinete do Ministério da Saúde, que estava grávida, mas não queria usar os 120 dias de licença-maternidade a que tinha direito porque estava com medo de perder o emprego. “Eu já ouvi dizer que já existem empresas exigindo atestado de ligadura de trompas no ato da contratação”, diz (Lima, 1988, p. 10). “Trabalhador nunca teve direito mesmo no Brasil! Não será agora que irá ter”, completava o vigilante bancário Juvenal Menezes, na entrevista sobre as novas leis trabalhistas (Lima, 1988, p. 10).

De fato, 1988 foi um ano de grande teste para a nova democracia, tanto para os cidadãos, quanto para os políticos. Ao contrário dos Estados

Unidos, que até hoje mantêm a sua primeira Constituição, feita em 1787 na esteira do seu processo de independência, o Brasil passava pela sétima. Das sete constituições, quatro foram promulgados por assembleias constituintes, duas foram impostas – uma por D. Pedro I (1824) e outra por Getúlio Vargas (1937) – e uma foi aprovada pelo Congresso por exigência do regime militar. Todas partiram de cima para baixo, quase de surpresa, sem o envolvimento da população, que algumas vezes recebeu essas mudanças com displicência ou hostilidade. É por razões como esta que Sérgio Buarque de Holanda (1995) afirma, no seu clássico livro *Raízes do Brasil*, que a democracia no país foi sempre um lamentável mal-entendido. Para o autor, o Brasil, com seu homem cordial, aquele que age pelas leis do coração, com o predomínio do espaço privado sobre o público, das relações pessoais sobre as normas, não se apresenta como solo receptivo aos valores de igualdade da democracia:

a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos de fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (Holanda, 1995, p. 160)

EFEITO CASCATA

A Assembleia Nacional Constituinte foi palco de diferentes correntes ideológicas, grupos de pressão e partidos políticos, fato que enriqueceu muito os grandes debates, mas que também fez com que os constituintes recebessem pressão de todos os lados: empresários, trabalhadores, religiosos, centrais sindicais, funcionários públicos, poder judiciário e empresas estrangeiras, entre outros grupos que queriam impor seus interesses e objetivos, tanto nas discussões quanto nas votações, em vez de um olhar coletivo. Esses sentidos são reforçados na última charge analisada (Figura 4). Publicada em 19 de outubro de 1988, a imagem traz a Constituição de 1988 derrubando os ministérios como efeito dominó e representa o *day after* da promulgação e suas conquistas.

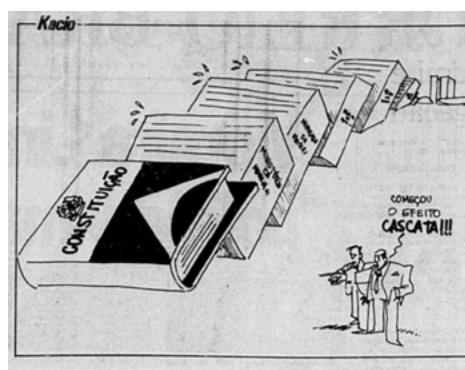


Figura 4: Charge publicada no *Correio Braziliense* em 19 de outubro de 1988

Fonte: Kácio, 1988b, p. 2

Como se tratava de uma Constituição que buscava romper as estruturas, talvez o chargista pretendesse mostrar que ela obrigaria uma mudança drástica de comportamento das autoridades ou um caos generalizado, sendo o Congresso Nacional o último a ser atingido pela mudança de paradigma do efeito dominó. Se a Constituição garantiu o direito de greve e ela já estava acontecendo legalmente, a imagem indica seu peso na estrutura de Governo, até então desacostumado a lidar com esse tipo de reivindicação, já que a redemocratização estava apenas começando. Essa representação de peso – uma relação intertextual com a charge da Figura 2 – reforça o valor da Constituição, mas também as consequências do novo texto, tanto para o Governo, quanto para a sociedade.

No contexto histórico, entre as reações causadas logo após a promulgação, o direito a greve levou a uma das maiores paralisações que o Brasil já teve, quando servidores públicos se organizaram em movimentos sociais e as greves tomaram conta de todo o país. Reportagem publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 21 de outubro de 1988, afirmava que, em Brasília, a paralisação do funcionalismo já atingia, em 21 de outubro de 1988, 16 de um total de 22 ministérios (Fazenda diz que demite na segunda, 1988).

De modo irônico, o efeito da imagem na charge da Figura 4 é reforçado pela fala de uma das personagens, que usa a palavra “cascata” em caixa alta e em negrito. No entanto, o significado de “cascata”, pode tanto representar que novos episódios estariam por vir, por conta das novas leis e direitos adquiridos pelos cidadãos, como também significar “mentira”, “conversa fiada”, sentido que a palavra cascata também tem no contexto brasileiro.

É importante observarmos ainda as personagens da cena. Vestindo terno, gravata e usando lenço no paletó, a personagem principal sugere a representação de um patrão ou político, que aponta o dedo para Constituição e mostra suas implicações. Se pensarmos a personagem como um político crítico às novas conquistas, poderíamos até relacioná-lo a um constituinte do centrão, grupo conservador e contrário às muitas teses progressistas debatidas na Assembleia Constituinte. O grupo dava apoio ao presidente José Sarney que, além de outros interesses, queria a todo custo manter os seis anos de mandato em vigor. “A verdade é que tinha direito a seis, garantidos pela Constituição da ditadura (Carvalho, 2017. p. 17). Entretanto, desde o início, a Constituinte se dividira nas questões da duração do mandato presidencial e da forma de Governo. Enquanto uns defendiam o mandato presidencial de cinco anos, inclusive para o Sarney, outros propunham quatro anos para todos os presidentes, inclusive para o Presidente em exercício. Com acordos e manobras políticas, o presidente Sarney conseguiu da Constituinte ficar no poder por cinco anos, evitando a redução para quatro.

A discussão sobre o tempo de mandato do presidente José Sarney e o interesse de Ulysses Guimarães em se candidatar à presidência do Brasil atrapalharam o andamento dos trabalhos na Assembleia. No livro *1988: segredos da Constituinte*, publicado em 2017 pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, Sarney afirma, 30 anos depois, que, na época, a Constituição passou a ser uma caixa de pressão e *lobby*:

o que nós estamos vendo agora é o resultado da Constituição de 1988. Tanto que hoje nós temos noventa emendas constitucionais e mais de 1,5 mil em tramitação no Congresso. Só isso mostra o quanto a Constituição deixou a desejar. Aqui ela foi submetida a ceder grupos de interesse. (Sarney, 2017, citado em Carvalho, 2017, p. 49)

De fato, em 1988, o país já passava por uma turbulência, mas que foi agravada após a promulgação da Constituição. Cicatrizes do autoritarismo levaram a cogitar que, sem um pacto social ou econômico entre o Governo, trabalhadores e empregados, haveria até mesmo um retrocesso político logo após 05 de outubro de 1988, levando o presidente Sarney a declarar na imprensa, duas semanas depois, que ninguém viraria a mesa:

nós vamos prosseguir na consolidação da democracia no Brasil até o fim do meu mandato. Vamos ter que conviver com esse período de acomodação. Naturalmente que no meio de toda transição existem sempre aqueles que

querem se aproveitar do novo texto Constitucional para ocupar áreas aproveitando as janelas que a Constituição abriu. (Novaes, 1988, p. 3)

A leitura da charge da Figura 4 se completa com a observação de André Petry publicada na coluna de opinião do jornal *Correio Braziliense*, no dia 21 de outubro de 1988. Com o título “Greve não cai do céu”, ele afirma que a agitação era uma síntese de direito e economia: “e se o direito de greve concedido pela nova Constituição é, de fato, um dos mais abrangentes do mundo, ninguém pode ignorar que, do outro lado, a economia brasileira é de fato, uma das mais desorganizadas do mundo” (Petry, 1988, p. 2). Aprofundando na cultura, análises de crises como essa constituem um dos temas fundamentais da história social brasileira. Utilizando como referência os estudos de Holanda (1995), percebemos que as raízes de conflitos como esses podem estar, não só na relação confusa existente no Brasil entre o público e o privado, mas também na mudança do regime de trabalho das velhas corporações para o empregador moderno, que acarretou um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje. A visão de Holanda (1995) corrobora com a de Ribeiro (2015) ao afirmar que o ruim e efetivo fator causal do atraso no Brasil é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Segundo Ribeiro, nunca houve no Brasil um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. “O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade” (Ribeiro, 2015, p. 330).

CONCLUSÃO

Motta (2013) afirma que cada análise da narrativa jornalística segue um caminho próprio e individual. No nosso caso, estudar os significados produzidos pelas charges sobre os acontecimentos que envolvem a interpretação de um período histórico do Brasil, como a promulgação da Constituição Federal de 1988, não é apenas olhar o passado para refletir sobre o presente, mas conectar os acontecimentos difusos e desordenados do tempo jornalístico para entendermos a história.

Ao traçarmos o objetivo deste estudo, vimos que as charges publicadas pelo *Correio Braziliense* sobre a Constituição Federal de 1988 nos

forneem elementos importantes para compreendermos os bastidores, as representações, posições e ideias durante o processo histórico de redemocratização e elaboração do texto constitucional. Por meio da análise crítica da narrativa, percebe-se que a primeira charge destaca a fase utópica da Constituição. Até por conta da forte memória da época, de um Estado autoritário, intolerante e violento, ela foi representada na primeira charge como um símbolo maior de esperança pela busca de um Estado democrático de direito, uma nova chance de transformação. No entanto, com o desenrolar dos fatos e novos episódios, a representação da Constituição de 1988 nas páginas do *Correio Braziliense* começou a ganhar traços que permitissem o questionamento de sua obediência, funcionalidade e futuro, como a incerteza se o Estado seria realmente capaz de cumprir com as promessas constitucionais.

Mergulhando nas águas do nosso passado, é possível afirmar que a Constituição de 1988 promoveu avanços em muitos aspectos, enquanto em outros, nem tanto. Na conta do atraso político e da dívida social ainda há incontáveis débitos, como os problemas dramáticos de desigualdade social, moradia, segurança, saúde e educação. Não é exagero afirmar que a história brasileira tem como ponto central a luta do cidadão contra o Estado arbitrário. O caminho já foi apontado pela Constituição, que completou 30 anos em 2018: as transformações só serão possíveis por meio da democracia.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço também ao professor Paulo Jorge Fernandes, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, pela acolhida em meu Doutorado Sanduíche e suas contribuições às proposições da pesquisa de doutoramento.

REFERÊNCIAS

Arantes, R. & Couto, C. (2019). 1988-2018: trinta anos de constitucionalização permanente. In N. M. Filho & A. P. Souza (Eds.), *A carta: para entender a constituição brasileira* (pp 13-50). São Paulo: Todavia.

Aumont, J. (2011). *A imagem: olhar, matéria, presença*. Lisboa: Texto & Fotografia.

- Bakhtin, M. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Burke, P. (2017). *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: Unesp.
- Cancian, R. (2013, 23 de julho). Governo José Sarney (1985-1990): nova Constituição e crise econômica. *UOL*. Retirado de <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-jose-sarney-1985-1990-nova-constituicao-e-crise-economica.htm>
- Carvalho, L. M. (2017). *1988: segredos da Constituinte*. Rio de Janeiro: Record.
- de Almeida, P. H. & Mota, C. M. (2019). Traços de um país em transição: a Constituição de 1988 nas charges do Correio Braziliense. *Revista Compolitica*, 9(1), 55-78. <https://doi.org/10.21878/compolitica.2019.9.1.238>
- Garantias indispensáveis (1987, 02 de fevereiro). *Correio Braziliense*, p. 4.
- Fazenda diz que demite na segunda (1988, 21 de outubro). *Folha de São Paulo*, p. C.1.
- Fernandes, P. J. (2016). Caricatura e cartoon em Portugal: humor sem contenção no Portugal contemporâneo. In E. T. Lopes (Ed.), *Humor, Direito e liberdade de expressão* (pp. 215-235). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Fonseca, J. (1999). *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Fonseca, V. P. S. (2010). O acontecimento como notícia: do conceito à prática profissional. In M. Benetti & V. P. Fonseca (Eds.), *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos* (pp. 102-119). Florianópolis: Insular.
- Hall, S. (2009). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage Open University.
- Holanda, S. B. (1995). *O homem cordial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Kácio. (1987, 02 de fevereiro). Charge. *Correio Braziliense*, p. 4.
- Kácio. (1988a, 05 de outubro). Charge. *Correio Braziliense*, p. 2.
- Kácio. (1988b, 19 de outubro). Charge. *Correio Braziliense*, p. 2.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia*. Bauru: EDUCS.
- Lima, M. (1988, 05 de fevereiro). Direitos sociais ainda criam expectativas. *Correio Braziliense*, p. 10.

- Miani, R. A. (2012). Charge: uma prática discursiva e ideológica. *9ª Arte*, 1(1), 37-48. Retirado de <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/99622>
- Mota, C. L. (2012). A narrativa semiótica da imagem. In C. M. L. Mota; L. G. Motta & M. J. Cunha (Eds.), *Narrativas midiáticas* (pp. 197-215). Florianópolis: Insular.
- Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Novaes, E. (1988, 27 de outubro). Sarney garante: ninguém vira a mesa. *Correio Braziliense*, p. 3.
- Petry, A. (1988, 21 de outubro). Greve não cai do céu. *Correio Braziliense*, p. 2.
- Ribeiro, D. (2015). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global.
- Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Rodrigues, A. D. (1993). O acontecimento. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"* (pp. 27-34). Lisboa: Editora Vega.
- Romualdo, E. C. (2000). *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo*. Maringá: EDUEM.
- Zweig, S. (1941/2013). *Brasil, país do futuro*. Porto Alegre: L&PM.

Citação:

Almeida, P. H. S. & Mota, C. M. L. (2020). A Constituição Federal de 1988 nas charges do *Correio Braziliense*. In Z. Pinto-Coelho; T. Ruão & S. Marinho (Eds.), *Dinâmicas comunicativas e transformações sociais. Atas das VII Jornadas Doutorais em Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 144-164). Braga: CECS.